



REVISTA  
Casa da  
**GEOGRAFIA**  
de Sobral  
ISSN 2316-8056



**III SRCCC**  
Seminário Regional  
Comércio, Consumo e Cultura  
nas cidades  
Sobral-CE, 19 a 22 de junho de 2017

## DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS DO NORDESTE BRASILEIRO<sup>1</sup>

Socioeconomic dynamics of the Northeast Brazil  
Dinámicas socioeconómicas del Noreste Brasileño

José Lacerda Alves Felipe<sup>2</sup>

### RESUMO

Esse artigo analisa a dinâmica social e econômica do Nordeste brasileiro, desenhando o que eu chamo de os três momentos históricos para a discussão. O primeiro deriva de uma avaliação do Nordeste após as políticas de desenvolvimento do Sudene (Agência para o Desenvolvimento do Nordeste), que conclui que, mesmo no início da década de 1980, quando a região possuía 30% da população do país, compreendia apenas 10% PIB nacional. Uma grande população analfabeta persistiu em conjunto com a oferta característica de mão-de-obra para a empresa capitalista em outras áreas do Brasil. Por isso, a promessa de Sudene de reduzir a desigualdade permaneceu insatisfeita. O segundo momento testemunha o reconhecimento da heterogeneidade da região, onde existem vários "Nordestes", onde parte do Nordeste está integrada na economia nacional, o que resulta em um PIB aumentado, representando 14% do nacional. As empresas modernas do setor petroquímico, bem como os mercados de construção e varejo (shopping centers e supermercados), prosperaram, juntamente com o turismo e o surgimento de centros agroindustriais no estado da Bahia, no Maranhão e no sul do Piauí. As empresas de frutas tropicais também se espalham nos vales do São Francisco e de outros rios. Essas economias eram as mais dinâmicas e estavam aumentando até a crise de 2008. O terceiro momento histórico, que é agora, é marcado pela resistência à crise econômica e política que envolve o país e está focado em não perder o terreno conquistado pelo desenvolvimento do Nordeste nas últimas décadas.

**Palavras-chave:** Nordeste, desigualdade regional, desenvolvimento.

### ABSTRACT

This paper analyzes the social and economic dynamics of Brazilian Northeast, drawing what I call the three historical moments for the discussion. The first derives from an evaluation of Northeast after the development policies of Sudene (Agency for Northeast Development), which finds that even in the beginning of the 1980s, when the region had 30% of the country's population, it comprised only 10% of the national GDP. A large illiterate population persisted in tandem with the characteristic supply of workforce for capitalist enterprise in other areas of Brazil. Hence the Sudene promise of reducing inequality remained unfulfilled. The second moment witnesses a recognition of the region's heterogeneity, that there are several "northeasts", and that part of Northeast is integrated in the national economy, which results in an enhanced GDP, at 14% of the national one. Modern companies in the petrochemical sector, as well as construction and retail markets (shopping centers and supermarkets), could flourish then, alongside with tourism and the emergence of agroindustrial hubs in the western Bahia state, Maranhão and southern Piauí. Tropical fruit firms also spread in the valleys of São Francisco and other rivers. These economies were the most dynamic and were gathering strength until the crisis of 2008. The third historical moment, which is now, is marked by the resistance to the economical and political crisis engulfing the country, and is focused on not losing the ground covered by Northeast's development in the recent decades.

<sup>1</sup> Conferência de abertura do III Seminário Regional Comércio, Consumo e Cultura nas cidades. Sobral-CE, 19 a 22 de junho de 2017.

<sup>2</sup> Professor Doutor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Email: jlacerdafelipe@gmail.com



**Keywords:** Northeast, regional inequality, development.

## RESUMEN

Ese artículo analiza la dinámica social y económica del Noreste brasileño, diseñando lo que yo llamo de los tres momentos históricos para la discusión. El primero procede de una evaluación del Noreste después de las políticas de desarrollo del Sudene (Agencia para el Desarrollo del Nordeste), que concluye que, aún en el inicio de la década de 1980, cuando la región poseía 30% de la población del país, comprendía sólo 10% PIB nacional. Una gran población analfabeta persistió en conjunto con la oferta característica de mano de obra para la empresa capitalista en otras áreas de Brasil. Por eso, la promesa de la Sudene de reducir la desigualdad permaneció insatisfecha. El segundo momento testimonia el reconocimiento de la heterogeneidad de la región, donde existen varios "Norestes", parte del Noreste está integrada en la economía nacional, lo que resulta en un PIB creciente, representando 14% del nacional. Las empresas modernas del sector petroquímico, así como los mercados de construcción y venta al por menor (centros comerciales y supermercados), prosperaron, juntamente con el turismo y el surgimiento de centros agroindustriales en el estado de Bahía, en el Maranhão y en el sur del Piauí. Las empresas de frutas tropicales también se esparcen en los valles del São Francisco y de otros ríos. Esas economías eran las más dinámicas y estaban aumentando hasta la crisis de 2008. El tercer momento histórico, que es ahora, es marcado por la resistencia a la crisis económica y política que envuelve el país y está enfocado en no perder el terreno logrado por el desarrollo del Noreste en las últimas décadas.

**Palabras clave:** Noreste, desigualdad regional, desarrollo.

## INTRODUÇÃO

A análise aqui proposta toma como referência três momentos históricos da realidade socioeconômica do Nordeste, para tanto usamos para subsidiar os dois primeiros momentos, os textos da Fundação João Pinheiro, publicado em 1984, intitulado "Um reexame da questão nordestina" e o da Prof<sup>a</sup> Tânia Bacelar de Araújo, intitulado "Nordeste, Nordestes: Que Nordeste?" um capítulo do seu livro "Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro – Heranças e Urgências", publicado em 2000, pela editora Revan, e atualizado em 2002, e publicado pela Fundação Joaquim Nabuco.

O terceiro momento é referenciado por dados do IBGE, e pelo olhar do velho professor de Geografia com vivências em períodos de secas no Seridó do Rio Grande do Norte e na região de Mossoró, e ainda pelo noticiário diário das diversas mídias, as quais mostram que a crise econômica atual, somada à crise política, penalizou os mais pobres e retirou momentaneamente de cena a esperança de dias melhores.

## PRIMEIRA ANÁLISE: UM REEXAME DA QUESTÃO NORDESTINA

No início da década de 1980, um grupo de trabalho formado por: Theodore Alves Lamounier, Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque, Leonardo Guimarães Neto, Tânia Bacelar de Araújo e Vânia Mara Franco Drummond, sob a coordenação da Fundação João Pinheiro, produziram um documento intitulado Um Reexame da Questão Nordestina, uma espécie de diagnóstico pós-GTDN, pós-SUDENE. A preocupação contida nesse reexame do Nordeste é com a inclusão da região ao contexto brasileiro, e com a permanência das desigualdades regionais, que pouco se altera com as políticas e programas da SUDENE.



Para corroborar essa tese, o documento relata que mesmo representando quase 20% do território brasileiro e abrigando cerca de 30% da população do país, a região responde apenas por 10% da produção nacional, possui mais da metade dos analfabetos com mais de dez anos de idade do país, quase metade das habitações ditas subnormais, e de que 54% dos trabalhadores do Brasil que ganham até meio salário mínimo residem no Nordeste.

O documento confirma a região como um reservatório de mão de obra para empreendimentos capitalistas em outras regiões do país, e que em duas décadas de 1960 e 1970, 3,4 milhões de nordestinos são expulsos da região, além disso relata que o processo migratório continua, já que o censo de 1980 registra que 17% das pessoas naturais do Nordeste estavam fora do seu território, tal percentual registrado pelo censo de 1970 era de 13%. Um outro indicador de permanência das desigualdades, apontada na análise dos técnicos e cientistas convocados pela Fundação João Pinheiro, refere-se a concentração na região de mais de 50% dos analfabetos do país.

Outros indicadores sociais são citados como afirmação dessa desigualdade: o censo de 1980, a esperança de vida no Sudeste era de 62 anos, enquanto no Nordeste era de 52 anos, a mortalidade infantil era quase 40% maior que no Sudeste. O documento conclui que as políticas de integração econômica da região falharam, pois concentraram ainda mais a renda, e manteve, na situação de pobreza, a maior parte da população.

## **SEGUNDA ANÁLISE - NORDESTE, NORDESTES: QUE NORDESTE?**

O segundo estudo a balizar essa nossa análise foi o artigo da Prof<sup>a</sup> Tânia Bacelar intitulado: “Nordeste, Nordestes: Que Nordeste?”, publicado em 2002 pela Fundação Joaquim Nabuco. Em nota de rodapé, a autora faz uma observação de que o artigo é uma versão revisada do texto com o mesmo título contido no livro de sua autoria: Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro – Heranças e urgências (Rio de Janeiro, Revan, 2000).

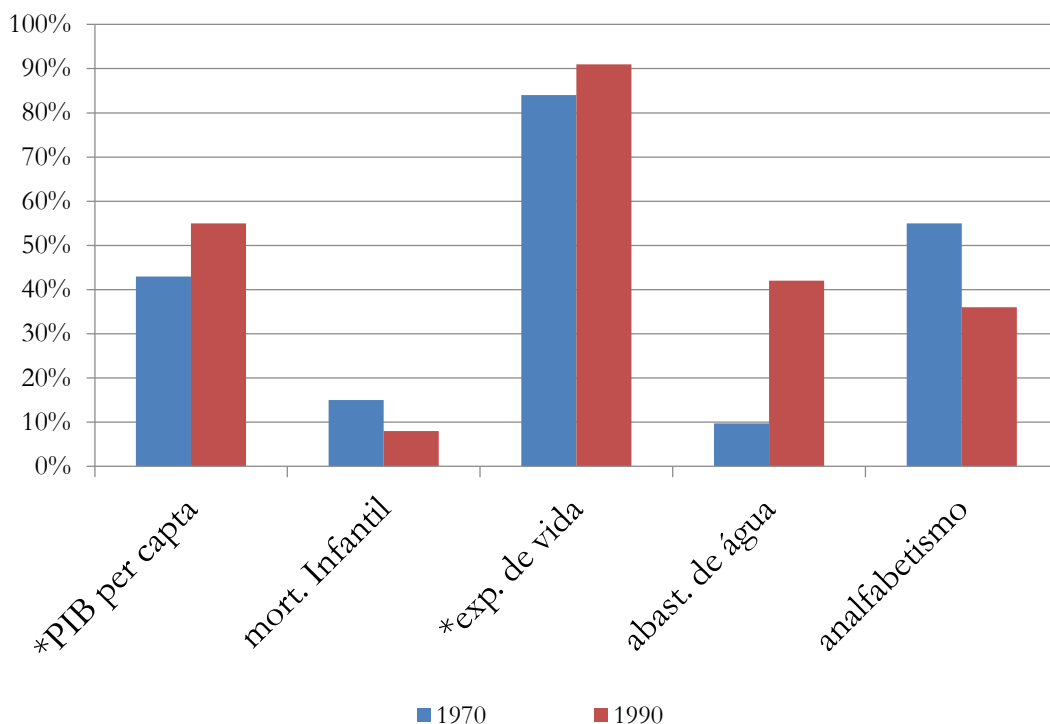
As análises da professora no artigo citado situam o Nordeste de 1960 ao início dos anos de 1990. Quando trata da região como um todo, sem fazer as “diferenciações existentes”, a autora observa um crescimento da região, quando confrontado com os dados do documento da Fundação João Pinheiro, pois a participação na economia nacional que era de 10% evolui para 14%.

A evolução da economia regional apresenta resultados que mostram a região se integrando ao processo econômico nacional, apresentando dinâmicas semelhantes, acompanhando as oscilações da produção total do país. Foi assim no período de 1967 a 1973, denominado o “milagre econômico” e na crise do petróleo entre 1974 e 1980, quando o Produto Interno do Brasil – PIB, cai de 11% para 7% ao ano, segundo Araújo, as atividades econômicas implantadas no nordeste cresceram 7,4% no período.

O Nordeste, portanto, supera uma das teses do GTDN, de uma economia isolada e estagnada, pois sua economia segue as tendências de crescimento e de crise da economia nacional.

Essa integração a economia nacional é corroborada pelos seguintes dados: 36% do mercado consumidor da indústria nordestina é a própria região, 44% desses produtos tem como mercado consumidor a região Sudeste e 10% o mercado internacional. A concentração dessas empresas ocorre em 3 estados, são eles a Bahia com 25%, Pernambuco com 18%, Ceará com 11% e outros estados da região participam totalizando 46%. Nos três estados, surge um novo empresariado com empresas modernas na petroquímica, construção civil, comércio (shoppings e supermercados) e na atividade imobiliária.

Nesse período de 1960 a 1990, são montados os polos agroindustriais com a produção de soja no Oeste baiano e no sul do Maranhão e Piauí, e os polos de produção de fruticultura irrigada no Vale do São Francisco (Bahia e Pernambuco) e nos vales do Piranhas-Assu e Apodi-Mossoró no Rio Grande do Norte. Essas transformações provocam melhoria nos indicadores sociais.



Fonte: IBGE.

Mas, sem força suficiente para repor a dívida social que permanece através das altas taxas de analfabetismo, da esperança de vida ao nascer que em 1988 era de 58,8 anos, e da concentração na região de 45% das famílias pobres do Brasil, com rendimento per capita inferior a meio salário mínimo. A conclusão é

de que, neste período de 1960-1990, o crescimento econômico concentrou ainda mais a renda, logo mantendo os déficits sociais.

## O NORDESTE ANTES DA CRISE

Antes da crise econômica nacional, a região vinha apresentando uma ampliação da sua base econômica, atraindo investimentos, melhorando seu desempenho e participação na economia brasileira, mantendo durante o período de 2010 a 2014 o PIB em torno de 13,5, como podemos ver na tabela abaixo.

**Tabela 1:** Participação percentual no Produto Interno Bruto (%).

Grandes Regiões	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Brasil</b>	100	100	100	100	100
<b>Norte</b>	5,3	5,5	5,4	5,5	5,3
<b>Nordeste</b>	13,5	13,3	13,6	13,6	13,9
<b>Sudeste</b>	56,1	56,1	55,9	55,3	54,9
<b>Centro-Oeste</b>	9,1	9,1	9,2	9,1	9,4
<b>Sul</b>	16	15,9	15,9	16,5	16,4

**Fonte:** Contas regionais do Brasil: 2010-2014 / IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

As nossas exportações aumentaram de 4 bilhões e 600 milhões em 2000, para 18 bilhões e 800 milhões em 2011. Em 2004, os dados apontavam que 22% dos nordestinos eram considerados de classe média, em 2014 cerca de 45% dos nordestinos ascenderam aos diversos estamentos dessa classe social.

A distribuição da renda mensal das pessoas entre 15 ou mais anos de idade, deixava o Nordeste nos índices semelhantes aos do país, com uma queda mais acentuada entre os anos de 2014 e 2015. A expansão produtiva e as políticas públicas, especificamente a melhoria do salário mínimo e os programas de transferências de rendas, impactaram de forma positiva a população mais pobre da região, que são refletidos nos indicadores sociais e no acesso ao mercado.

Outras políticas públicas complementam essa dinâmica que o Nordeste vivenciou nos últimos 15 anos: a interiorização do ensino técnico profissionalizante, hoje temos 201 unidades dos Institutos Federais, onde 192 dessas estão localizadas no interior da região; foram criadas 7 novas Universidades Federais, contemplando 28 municípios; ampliamos de 413 mil estudantes universitários em 2000, para 1,4 milhões no ano de 2012. Os programas de apoio a agricultura familiar, os programas de distribuição de leite, que melhoraram os indicadores

de nutrição e saúde, além de incentivarem, apesar da seca, a manutenção e melhoria da pecuária, a distribuição de cisternas e o programa luz para todos, que criaram as condições mínimas das populações residentes em área rurais enfrentarem esse longo período atual de estiagem e irregularidades das chuvas.

Essas políticas demonstram o importante papel desempenhado pelo Estado nas suas três estâncias, na economia da região, pois os entes públicos ao criarem determinados serviços de educação, saúde, segurança, abastecimento de água, produção de energia elétrica, serviços comunitários, geraram uma massa de capitais que dinamizaram o comércio, os serviços, o mercado imobiliário, a construção civil e fez com que determinadas cidade do interior da região assumissem funções, mesmo sendo núcleos urbanos menores, até então exercidas por cidades de médio porte.

Um exemplo do impacto positivo das políticas públicas na economia da região é o Bolsa Família e o aumento do salário mínimo. O bolsa família, ao concentrar 55% do programa no Nordeste, coloca-se para a população pobre como mais uma estratégia de sobrevivência, para enfrentar a fome que se agudiza em períodos de seca, como o que estamos vivendo, e mesmo com o pouco dinheiro, evita-se o genocídio da população mais carente do sertão, bem como também se evita os saques as feiras, aos armazéns do CIBRAZEM/CONAB. Mas, o Bolsa-Família é também a constatação de que todos as nossas experiências de desenvolvimento falharam.

Os programas de transferências de rendas, como as aposentadorias rurais e o já citado bolsa família, ajudam a manter um equilíbrio provisório, cria uma perspectiva de que os filhos dos contemplados no programa possam ir a uma escola, estabelecer uma rota de vida diferente dos seus pais, mas não resgatam a dignidade, não agregam a perspectiva de ascensão social. Mesmo assim, os programas de transferência de renda melhoraram a vida da população pobre, porém as políticas públicas de saúde, segurança e educação não dão conta da demanda da sociedade por esses serviços.

## **NORDESTE: O CENÁRIO ATUAL**

A conjuntura da economia e a crise política nacional afastam as oportunidades e a ameaçam a região. A produção de petróleo em áreas conhecidas como pré-sal, os escândalos na Petrobras enfraqueceram os investimentos da empresa na região. Na Chapada do Apodi, que envolve áreas de produção em terra nos estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, as explorações foram paralisadas ocasionando desemprego e queda de arrecadação dos municípios produtores. Desinvestimento que também afeta os estado da Bahia, Sergipe e Alagoas.

O cenário atual diante da crise econômica mundial, a qual demoramos muito a reconhecer e a montar estratégias de enfrentamento, a crise política atual que ameaça as instituições democráticas, não sinalizam

para superações de curto prazo, para o desemprego e a recuperação do mercado. O Nordeste como a região mais dependente de políticas públicas, e que enfrenta um longo período de secas ou de distribuição irregular das precipitações, pode ser a grande vítima desse momento conturbado da política e da economia brasileira.

Essa crise econômica compromete os avanços que a região conquistou, um parâmetro que evidencia essa realidade é o rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente, o qual apresenta o Nordeste no ano de 2016 como a região com o menor valor de rendimento mensal domiciliar por pessoa, como demonstra a tabela abaixo.

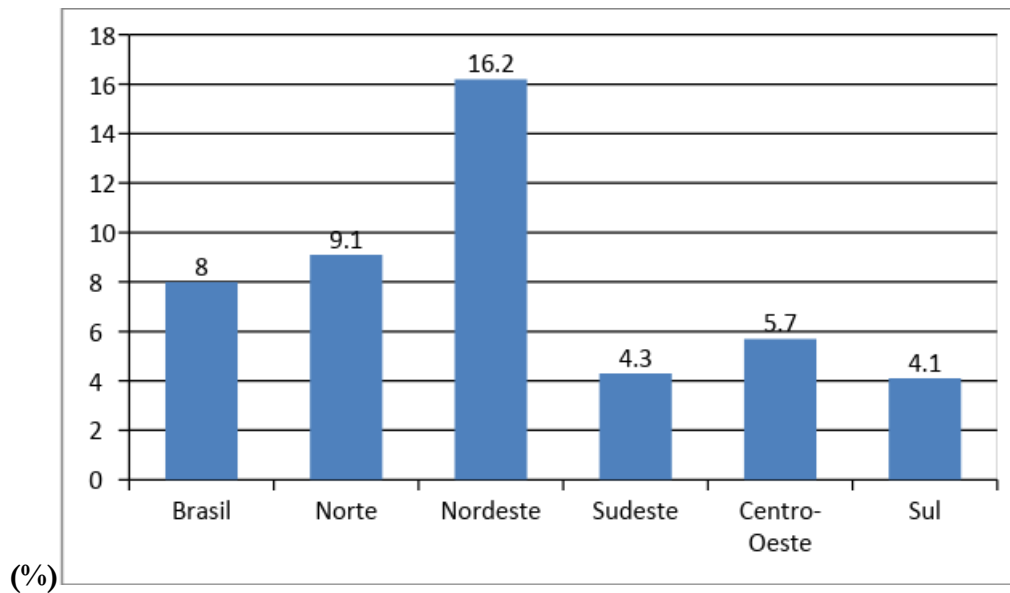
**Tabela 2:** Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente, segundo as Unidades da Federação – 2016.

Unidades da Federação	Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente (R\$)
Brasil	R\$ 1.226,00
Norte	R\$ 845,86
Nordeste	R\$ 774,11
Sudeste	R\$ 1.369,25
Sul	R\$ 1.470,00
Centro-Oeste	R\$ 1.478,25

**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - 2016.

Ainda temos a mais alta taxa de analfabetismo por região do Brasil, como apresenta o IBGE/PNAD de 2015.

### Taxa de analfabetismo por regiões do Brasil em 2015.



Fonte: IBGE/PNAD 2015.

Na produção industrial acumulada no ano de 2012, comparando com os dados de 2011, os estados da Bahia e Pernambuco tiveram crescimento de 4,2% e 1,3%, respectivamente, já o estado do Ceará na comparação entre os dois anos, teve uma queda de 1,3%, os demais estados nordestinos juntos apresentaram um crescimento de 1,7% na sua produção industrial. Esse quadro modifica-se para pior, pois a nossa produção industrial acompanha a queda da indústria nacional, o acumulado do 1º trimestre de 2017 apresenta estagnação em alguns estados, e a média do Nordeste fica em - 2,5, uma queda acima da média Nacional que foi de 1,8%, segundo dados do IBGE para os três primeiros meses de 2017.

A crise atual traz ameaças a nossa experiência democrática, evidenciando aquilo que grande parte da nossa população já tinha conhecimento: a nossa representação política não nos representa, uma vez que atuam e agem de acordo com os seus interesses, e, para isso, sacrificam a nação e criam a forma mais cruel e selvagem de capitalismo, um compadrio onde os agentes políticos facilitam o superfaturamento nas obras e compras do Estado, e o empresário paga com propina, assim ambos tem a consciência de que o crime compensa.

Mas, o Nordeste mesmo antes da crise política já ficava de fora do novo modelo de investimento, principalmente os investimentos em infraestrutura, que tinha no Programa de Parceria de Investimento – PPI, como política principal e que elegeu a região Sul/Sudeste com foco principal, quer seja pela demanda, quer seja pela capacidade de retorno mais rápido para o capital, como demonstra o mapa abaixo.



Mapa apresentado Reunião do Conselho PPI em setembro de 2016.



Fonte: Programa de parcerias de investimentos – PPI.

Com a crise política agudizada a cada denúncia dos delatores, cria-se um ambiente econômico de insegurança, que acaba por afastar investidores comprometendo o programa de investimento, através das parcerias público-privadas, mesmo diante dos leilões aparentemente bem sucedidos dos aeroportos de Salvador, Fortaleza, Florianópolis e Porto Alegre.

Não temos um projeto de desenvolvimento para o país, não fizemos as reformas clássicas que os países desenvolvidos realizaram: não fizemos a reforma agrária e transferimos mais de 100 milhões de brasileiros para os núcleos urbanos; não fizemos a reforma tributária, os ricos não pagam impostos, quem os paga é a classe trabalhadora; e, não fizemos a reforma social, não universalizamos o direito a saúde, a educação, a moradia e segurança, não saneamos 100% nenhuma cidade e as reformas em processo de aprovação no Congresso, seja a do trabalho e a da previdência, penalizam os trabalhadores.

O cenário atual o qual soma a crise econômica à crise política descartou o sonho do estado de bem estar social e sinalizou que o Nordeste pode perder o pouco do que foi conquistado. Devido a isso, por mais que em qualquer momento da nossa história, resistir é preciso.

## CONCLUSÃO

O Nordeste, antes da crise econômica atual, vinha apresentando uma ampliação da sua base produtiva, atraindo investimentos, melhorando o seu desempenho na economia do Brasil, chegando a uma participação de 13,5% no Produto Interno Bruto - PIB em 2010. Não rompia com os indicadores históricos de desigualdades, mas sinalizava que através da expansão produtiva e de políticas públicas de transferências de rendas e de melhorias do salário mínimo, as classes mais pobres seriam impactadas positivamente, uma verdade que se refletiu no acesso ao mercado e nos indicadores sociais, como é o caso da longevidade, onde dados do IBGE de 1980 à 2010 demonstram que tivemos um acréscimo, das médias entre os dois sexos, de 12,95% na esperança de vida ao nascer, pois saímos de 58,25 anos em 1980 para 71,2 anos em 2010. Para as mulheres, a conquista foi maior na sua esperança de vida, uma vez que as médias de 1980 eram de 61,27 e em 2010 essas médias sobem para os 75,41 anos, como mostra a tabela abaixo.

**Tabela 3:** Esperança de vida ao nascer, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 1980/2010.

ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER	1980			2010			Acréscimos 1980/2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	62,52	59,62	65,69	73,76	70,21	77,38	11,24	10,59	11,69
<b>Norte</b>	60,75	58,18	63,74	70,76	67,57	74,36	10,01	9,39	10,62
<b>Nordeste</b>	58,25	55,4	61,27	71,2	67,15	75,41	12,95	11,75	14,14
<b>Sudeste</b>	64,82	61,68	68,23	75,4	72,09	78,65	10,58	10,41	10,42
<b>Sul</b>	66,01	63,26	69,07	75,84	72,57	79,12	9,83	9,31	10,05
<b>Centro-Oeste</b>	62,85	60,51	65,6	73,64	70,43	77,08	10,79	9,92	11,48

**Fonte:** Tábuas Abreviadas de Mortalidade por Sexo e Idade. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2010 – IBGE.

Outras políticas reforçam essa dinâmica da região: a interiorização do ensino técnico e superior, os programas voltados para apoiar a agricultura familiar, a distribuição de cisternas e o programa Luz para todos.

O prolongamento da crise econômica, que se junta à crise política atual do governo brasileiro, reforçam as nossas omissões, pois não fizemos as reformas básicas que os países desenvolvidos fizeram: a) não fizemos a reforma agrária e transferimos, nas 4 últimas décadas, cem milhões de brasileiros do campo para as cidades; b) Não fizemos a reforma tributária, pagamos muitos impostos e não temos o retorno dos mesmo para a educação, a saúde e a segurança, principalmente. Os pobres é que são os mais penalizados, pois são os que pagam mais impostos, uma vez que a classe média e os ricos arrumam estratégias para não pagar; c) Não fizemos a reforma social, não criamos o nosso Estado de Bem Estar Social; d) Não fizemos a reforma política e votamos em políticos que não nos representam, não criamos o ambiente para o surgimento de novas lideranças, e fizemos da política um balcão de negócios, além de institucionalizarmos a corrupção e a propina através das doações para as campanhas eleitorais. Com essa relação promiscua entre a política e os políticos com as grandes empresas, criamos um capitalismo de compadrio, a mais selvagem forma de tirar dinheiro da população para dar aos ricos.

No caso da região Nordeste, a crise econômica e o desgoverno que se criou com a crise política geram perdas de oportunidades, incertezas e ameaças as quais comprometem o pouco que conquistamos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Nordeste, Nordestes: Que Nordeste?.** Recife: Observanordeste, Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro:** Heranças e Urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

\_\_\_\_\_. **Um reexame da questão nordestina.** Belo Horizonte: Fundação Joaquim Pinheiro, 1984.

GTDN – Grupo de trabalho para o desenvolvimento do Nordeste. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste.** 2ª Ed. Recife: SUDENE, 1967.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Esperança de vida ao nascer, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 1980/2010.** Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv65137.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Analfabetismo: taxas regionais. Taxa de analfabetismo por regiões do Brasil em 2015 (%).**

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - 2016. **Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente, segundo as Unidades da Federação - 2016.** Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Renda\\_domiciliar\\_per\\_capita/Renda\\_domiciliar\\_per\\_capita\\_2016.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2016.pdf)>. Acesso em: 22 maio 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Participação percentual no Produto Interno Bruto (%).** Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98881.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2017.

